

Redes baseadas na solidariedade: Mapeamento das Cozinhas Solidárias em Santana do Livramento, Brasil¹

Solidarity-Based Networks: Mapping the Solidarity Kitchens in Santana do Livramento, Brazil

Alessandra Troian

Doutora em Desenvolvimento Rural, professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa (PPGA/Unipampa), Campus Santana do Livramento, RS.

alessandratroian@unipampa.edu.br

Mitali Daian Alves Maciel

Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP.

mitali.macieli@gmail.com

Samanda Silva da Rosa

Doutora em Economia do Desenvolvimento, professora adjunta na Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, RS.

samandarosa@unipampa.edu.br

Grupo de Trabalho (GT): GT10. Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo

As cozinhas solidárias são ações comunitárias estratégias para combater a insegurança alimentar e promover a justiça social. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo central mapear as Cozinhas Solidárias em Santana do Livramento/RS e de forma secundária discutir sobre o papel delas na promoção de segurança alimentar e nutricional no município. Metodologicamente a pesquisa possui abordagem quantitativa e se caracteriza como exploratória e descritiva. Os dados utilizados são de fonte secundária, obtidos por meio do banco de dados oficial do Programa Cozinha Solidária do Governo Federal. Os resultados indicam que em Santana do Livramento há concentração das Cozinhas Solidárias em áreas de vulnerabilidade. As Cozinhas Solidárias no município configuram-se como uma rede de apoio local, baseada na solidariedade de quem menos tem e mais se doa, mantendo ações no município há mais de uma década, ignorada pelo poder público municipal e desvalorizada pelas esferas estadual e federal. A falta de registro por parte de muitas das cozinhas ressalta a necessidade urgente de políticas públicas eficazes e que garantam o direito à alimentação para todos. Localmente, a falta de informação e de capacitação é um ponto a ser combatido.

Palavras-chave: Desigualdade, Insegurança Alimentar, COMSEA, Pampa Gaúcho.

Abstract

Solidarity kitchens are community actions that are strategies to combat food insecurity and promote social justice. In this sense, the main objective of this research is to map the Solidarity Kitchens in Santana do Livramento/RS and, secondarily, to discuss their role in promoting food and nutritional security in the municipality. Methodologically, the research has a quantitative approach and is characterized as exploratory and descriptive. The data used are from secondary sources, obtained through the official database of the Federal Government's

¹ A pesquisa foi realizada no âmbito do Círculo de Estudos em Desenvolvimento e Ruralidades (CEDER), por meio do projeto de pesquisa “Nutrir a cidadania, matar a fome: o papel das Cozinhas Solidárias na redução da Insegurança Alimentar em Santana do Livramento/RS”.

Solidarity Kitchen Program. The results indicate that in Santana do Livramento there is a concentration of Solidarity Kitchens in vulnerable areas. The Solidarity Kitchens in the municipality are configured as a local support network, based on the solidarity of those who have the least and give the most, maintaining actions in the municipality for over a decade, ignored by the municipal government and undervalued by the state and federal spheres. The lack of regist

Keywords: *Inequality, Food Insecurity, COMSEA, Pampa Gaúcho.*

1. Introdução

O Brasil figura entre as principais economias do mundo e se destaca por suas dimensões continentais. Apesar de sua força econômica, importância territorial e cultural, conta com a distribuição desigual de recursos e oportunidades. A elevada concentração de renda e riqueza, bem como a persistência de privações a direitos humanos faz com que parcela significativa de sua população tenha dificuldades em acessar recursos básicos, como os alimentos (Piccirillo e Alarcón, 2024).

Segundo Jesus, Hoffmann e Miranda (2024), a evolução da distribuição da renda é o condicionante fundamental da dinâmica da insegurança alimentar no país. Logo, a noção de desenvolvimento econômico é antagônica à insegurança alimentar e à fome, devido a isso para se ter a concreta dimensão do desenvolvimento de determinada nação, as atenções necessitam estar direcionadas ao acesso e a distribuição de alimentos (Maluf, Menezes e Valente, 1996; Belik, 2012).

A alimentação é reconhecida como um dos direitos humanos básicos, garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Cidadã de 1988. Nesse viés, a concepção sobre segurança alimentar reconhece o acesso aos alimentos como um direito de todas as pessoas (Maluf, Menezes e Valente, 1996). Ou melhor, é a garantia de todas as dimensões que inibem a ocorrência da fome, baseando-se na disponibilidade e acesso permanente aos alimentos, pleno consumo sob o ponto de vista nutricional e a sustentabilidade em processos produtivos. Isso implica em práticas alimentares que promovam a saúde, valorização da diversidade cultural e sejam sustentáveis em todas as dimensões (Belik, 2003; Brasil, 2006).

Ancorada na realidade brasileira de profundas desigualdades econômicas e sociais, a qual impede que muitos cidadãos exerçam o direito fundamental à alimentação adequada, emerge o conceito de Cozinhas Solidárias. Conforme Bello, Oliveira e Mascarello (2023), as Cozinhas Solidárias são projetos comunitários pautados em fundamentos da economia solidária e do cooperativismo. Caracterizam-se como tecnologias sociais de combate à insegurança alimentar ao produzir e distribuir alimentos em espaços coletivos, com base na solidariedade, sustentabilidade e autonomia.

Complementa Sordi (2023) que, as Cozinhas Solidárias em âmbito nacional, por meio de ações de mobilização da sociedade civil, compõem parte das ações populares que ganharam força nos últimos anos. Através da dinâmica de aquisição, preparo e distribuição dos alimentos, as Cozinhas Solidárias se posicionam como meios de diálogo e mobilização, centralizando o valor da solidariedade social, a partir da territorialização das atividades. Com a potencialidade de provocar inflexões para o desenvolvimento de um novo ciclo de políticas e programas sociais de segurança alimentar e nutricional.

Além das doações de parceiros e indivíduos, as Cozinhas Solidárias, no momento atual, contam com o Programa Cozinha Solidária, que oferece apoio adicional para a produção e distribuição de refeições. O Programa foi instituído pela Lei n. 14.628/2023 (Brasil, 2023) e regulamentado pelo Decreto n. 11.937/2024 (Brasil, 2024), com o objetivo fornecer alimentação gratuita e de qualidade à população, preferencialmente às pessoas em situação de

vulnerabilidade e risco social. Com efeito, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, há mais de duas mil Cozinhas Solidárias em funcionamento no Brasil, organizando uma grande rede de apoio e solidariedade, com a oferta de refeições e serviços a populações em vulnerabilidade socioeconômica e em insegurança alimentar (Brasil, 2025).

No estado do Rio Grande do Sul, no contexto da catástrofe ambiental ocorrida em maio de 2024, que impactou social, econômica e ambientalmente a população de 471 dos 497 municípios gaúchos (Formentin, 2024), as Cozinhas Solidárias, receberam destaque como importante “âncora emergencial” e espaços de convergência social, ofertando suporte diário de alimentação aos desabrigados (Caron, Rodrigues e Isoppo, 2024), embora já atuasse em todo o estado há muito mais tempo. Em especial, no município de Santana do Livramento/RS, fronteira do Brasil com o Uruguai, no que se refere às políticas específicas à prevenção da insegurança alimentar, iniciativas comunitárias, como a das Cozinhas Solidárias, operam há mais de 20 anos na região, e apresentam adversidades quanto à gestão. Segundo Souza (2023), apesar da existência de projetos e programas para a aquisição de alimentos, as Cozinhas se encontram sem autonomia e recebem doações somente via assistência social municipal, em razão de não estarem institucionalizadas pelo registro do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Santana do Livramento, integra a Metade Sul do Rio Grande do Sul tem a sua economia concentrada nos serviços, na agricultura e na criação de gado (Menezes e Feijó, 2008). O município é o segundo maior em extensão territorial e seu isolamento geográfico agrava a situação, ao mesmo tempo que afeta a geração de empregos e incentiva a dispersão urbana. Devido a isso, Santana do Livramento passou a registrar elevados índices de desemprego, principalmente após o fechamento de frigoríficos, a partir de meados da década de 1980 (Ahmad, 2023).

Ahmad (2023), analisou os dados socioeconômicos de Santana do Livramento/RS, e aponta que, conforme o último Censo Demográfico, no ano de 2010, 27.373 pessoas com idades igual ou superior a dez anos tinham renda inferior a meio salário mínimo, sendo que destes, 20.306 não possuíam nenhum tipo de rendimentos, o que equivale a cerca de 33,9% da população. No ano de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do município foi de R\$33.978,58, com uma população residente estimada de 84.421 pessoas (IBGE, 2024). Apesar da alta renda *per capita*, conforme os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, no mês de dezembro de 2024, no município de Santana do Livramento, 20.164 famílias estavam inseridas no Cadastro Único (CadÚnico), com 8.969 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, contemplando 22.780 pessoas beneficiadas. Atualmente, são 10.547 famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo com o cadastro atualizado (Brasil, 2024).

Dado o cenário de desigualdade socioeconômica em Santana do Livramento, marcada por disparidades na renda, emprego e acesso a serviços básicos, as Cozinhas Solidárias emergem como um espaço de resistência e transformação, garantindo o direito à alimentação e promovendo a dignidade humana. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo central mapear as Cozinhas Solidárias em Santana do Livramento e de forma secundária discorrer sobre o papel delas na promoção de segurança alimentar e nutricional no município.

Destarte, a pesquisa se justifica por seu ineditismo ao contribuir com o mapeamento das Cozinhas Solidárias no município, agrupando-as de acordo com as suas principais características, como infraestrutura e formas de funcionamento. O mapeamento pode fornecer informações fundamentais para o planejamento de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome. Essas informações servem para auxiliar na alocação de recursos, na definição de prioridades e na avaliação do impacto das políticas e na otimização dos serviços. Assim, a sua emergência evidencia o poder transformador da formação de redes comunitárias, e se revela como uma estratégia importante para fortalecer e garantir o acesso ao direito à alimentação.

Uma vez que, ao conectar pessoas e comunidades, essas iniciativas contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Para tanto o texto encontra-se dividido em cinco seções a contar desta breve introdução. A seguir, aborda-se sobre as Cozinhas Solidárias como um instrumento de combate à fome e à insegurança alimentar. Na sequência se descreve o percurso metodológico adotado no estudo. Posteriormente, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. Por fim, discorre-se as considerações finais seguidas pelas referências consultadas.

2. Cozinhas Solidárias: um instrumento de combate à fome e à insegurança alimentar

O esforço capitaneado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social, é elemento de relevância para o cenário global, que se materializa na Agenda 2030, que estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como um compromisso mundial para enfrentar os desafios que ameaçam a humanidade e o planeta. Em particular, o ODS-2 – que aspira acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável – é essencial para o Brasil devido às suas mazelas estruturais relacionadas à pobreza, fome e desigualdades (Ipea, 2024).

Embora a segurança alimentar e nutricional (SAN) seja um conceito recente no contexto da formulação de políticas públicas, começou a ser discutido no Brasil nos anos 1980, focando inicialmente na oferta de alimentos e seus aspectos nutricionais (Belik, 2012). A partir dos anos 1990, as discussões sobre SAN se aprofundaram, reconhecendo a ampla gama de fatores multidimensionais que a determinam, vinculados não apenas à produção de alimentos, mas também às questões de abastecimento e de acesso à renda. Portanto, essa temática está intimamente relacionada ao enfrentamento da pobreza e das desigualdades estruturais no país (Ipea, 2024).

No Brasil, a pobreza e a fome incluem condições que ferem a dignidade da vida humana e representam exclusões para a maior parte da população. Considerando a necessidade imperativa de mitigar ambos os problemas, estratégias têm sido buscadas para viabilizar o aproveitamento das perdas e aliviar a insegurança alimentar. Nesta direção, aponta-se para as experiências das Cozinhas Solidárias, que visam a elaboração e a distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar. As Cozinhas Solidárias se apresentam como uma estratégia relevante para amenizar as adversidades vividas pelos menos favorecidos, ao aliar inclusão social em uma nova ótica de trabalho, diferente do sistema hegemônico de produção (Soledade *et al.*, 2017).

Para Zangirolani *et al.* (2024), as Cozinhas Solidárias no Brasil se consolidaram da organização social, com especial participação de agricultores familiares, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em resposta à situação da fome agravada no período pandêmico. Manifestando-se em uma tecnologia da sociedade civil reconhecida também como um equipamento de SAN para somar esforços para a redução da situação de fome, especialmente nos centros urbanos. Elas são construídas com a contribuição de pessoas e comunidades que historicamente enfrentam a violação de direitos e condições indignas de vida em territórios vulnerabilizados.

Mobilizadas pela sociedade civil e por suas organizações, as Cozinhas Solidárias são respaldadas pelo princípio do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), presente na Constituição Federal (Brasil, 1988). Essas experiências foram institucionalizadas recentemente pelo Decreto nº 11.937/2024, o qual instituiu o Programa Cozinha Solidária e as definiram como:

(...) uma tecnologia social de combate à insegurança alimentar e nutricional, de base popular, não estatal, estruturada pela comunidade local, por meio de seus coletivos, seus movimentos sociais e suas organizações da sociedade civil, com a finalidade de produção e oferta de refeições adequadas e saudáveis, preferencialmente para pessoas em vulnerabilidade e risco social, incluída a população em situação de rua, com o apoio à comunidade por meio de outras atividades de interesse coletivo (Brasil, 2024, art. 3º, II, não paginado).

O cenário de aumento da insegurança alimentar, pobreza e desigualdade social impulsionou a expansão das Cozinhas Solidárias. Com o objetivo de garantir o mínimo para a sobrevivência, voluntários engajados na preparação de refeições com espaços e equipamentos cedidos são incorporados de modo formal e não-formal, “como uma prática de cidadania e concretização de direitos sociais de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade” (Bello, Oliveira e Mascarello, 2023, p.86).

Nesse contexto, o “Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil”, elaborado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, revelou que, no fim de 2020, ano em que eclodiu a pandemia da Covid-19, 19 milhões de brasileiros não tinham o que comer. Em 2022, a fome atingiu cerca de 33,1 milhões de pessoas, representando um aumento de 9% (Rede Penssan, 2022). Em resposta à elevação da Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) no país, principalmente no período pandêmico, experienciou-se uma expansão de iniciativas lideradas pela sociedade civil, com foco no atendimento às populações mais vulneráveis (Braga e Lima, 2024).

As Cozinhas Solidárias, como iniciativas comunitárias baseadas na economia solidária e no cooperativismo, emergem como resposta às crises sociais e econômicas, oferecendo soluções para combater a insegurança alimentar. Conforme Singer (2008), a economia solidária pode ser definida como um modo de produção caracterizado pela igualdade. E a sua característica central é a posse coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores, garantindo igualdade de direitos. Além disso, os empreendimentos de economia solidária são autogeridos de forma democrática e as funções são geralmente compartilhadas, promovendo a participação de todos. Nesse sentido, um dos alicerces é o cooperativismo por meio da união de pessoas com interesses em comum que colaboram entre si.

Ao promoverem a produção e distribuição de alimentos em espaços coletivos, estruturados em princípios de solidariedade, sustentabilidade e autonomia, as Cozinhas Solidárias fortalecem redes de apoio social, bem como o empoderamento de todos os atores envolvidos, especialmente as mulheres (Bello, Oliveira e Mascarello, 2023). Corroborando Rizzolo e Madruga (2022), que as Cozinhas Solidárias são equipamentos sociais promotores de soberania, segurança alimentar e nutricional e inclusão social. Elas são entendidas como espaço de ressignificação cultural e produtiva, bem como são espaços de socialização no qual se estabelecem trocas e fortalecimento de relações de solidariedade e apoio social.

As experiências das Cozinhas Solidárias se alinham ao conceito de democracia alimentar que, conforme Braga e Lima (2024), implica a demanda da sociedade por garantir o acesso a uma alimentação adequada, acessível, segura, culturalmente apropriada e justa, tanto do ponto de vista nutricional quanto ambiental. Contudo, Paturel (2021) destaca que as iniciativas para garantir o acesso à alimentação de pessoas em situação de vulnerabilidade social enfrentam dificuldades para se conectar com o debate mais amplo de justiça social. Como consequência, essas populações permanecem marginalizadas.

O estudo de Madruga, Machado e Oliveira (2024) corrobora com o panorama das desigualdades e iniquidades no acesso à alimentação no país. As autoras analisaram o perfil demográfico e socioeconômico dos usuários do projeto Cozinha Solidária do Movimento dos

Trabalhadores Sem Teto no Sol Nascente, Distrito Federal, Brasil. A amostra de 83 indivíduos foi composta predominantemente por mulheres, pretas e pardas, com idade média de 39,6 anos. 42,2% cursaram o 1º ano do ensino médio ou mais e aproximadamente 65% recebiam até um salário-mínimo. A maioria obtinha benefício social e 81,9% estavam desempregadas. O número de refeições diárias foi de até duas para 46,3% dos participantes da pesquisa e 61% tinham como característica a frequência no consumo de alimentos oferecido pela Cozinha Solidária. Por fim, as mulheres relataram menor renda familiar, elevada dependência de auxílios e desemprego. Logo, a fome e a insegurança alimentar se apresentam, cada vez mais, com uma face feminina.

Lucas (2024), caracterizou o funcionamento de 17 das 21 Cozinhas Solidárias que atuam no município de Florianópolis/SC e evidencia que essas cozinhas, apesar de terem propósitos similares, apresentam características distintas. O tempo de atuação varia de pouco mais de um ano a 25 anos, como também o número de voluntários variando de três a 40 pessoas; algumas cozinhas servem refeições uma vez por mês, enquanto outras servem de uma a seis vezes por semana e o número de marmitas ofertadas por dia varia de 25 a 700 unidades. A pesquisa também identificou dificuldades enfrentadas pelas cozinhas, entre elas são a falta de recursos financeiros e de doações de alimentos; a escassez de voluntários; a questão estrutural de espaço físico e falta de equipamentos adequados, impossibilitando, muitas vezes, a produção de refeições em maior quantidade e a aquisição de grandes volumes de doações de alimentos.

Destarte, as Cozinhas Solidárias são espaços de resistência e possuem singularidades e aspectos variados, característicos do seu território, não podendo ser classificadas igualmente, devendo ser analisadas a partir do seu contexto social e da comunidade na qual estão inseridas. Assim, torna-se necessário maior visibilidade, investimentos e estudos para a sua potencialização, visto que elas têm a efetiva possibilidade de serem uma eficiente intervenção no combate à fome, melhorando o desenvolvimento e empoderamento do território e das comunidades locais (Zangirolani *et al.*, 2024).

3. Metodologia

O estudo se caracteriza como pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa. A pesquisa exploratória permite um maior entendimento sobre o fenômeno das Cozinhas Solidárias e sua importância na promoção da segurança alimentar (Gil, 2019). A abordagem quantitativa viabiliza a análise de padrões operacionais das cozinhas por meio de métodos estatísticos (Hair *et al.*, 2010).

Os dados utilizados na pesquisa são de fonte secundária, obtidos por meio do banco de dados oficial do Programa Cozinha Solidária do Governo Federal e literatura acadêmica relevante. A utilização de dados secundários é justificada pela necessidade de compreender a atuação das Cozinhas Solidárias dentro de um contexto macroeconômico e social (Bardhan, 2016).

A análise concentrou-se em variáveis que refletem tanto a capacidade operacional quanto o impacto social dessas iniciativas. O tempo de funcionamento das cozinhas, expresso em anos, foi utilizado como um indicador da consolidação dessas iniciativas, considerando-se que maior longevidade pode estar associada à estabilidade na gestão e ao suporte contínuo da comunidade (Ostrom, 1990). O número de trabalhadores e voluntários foi analisado como uma métrica de capital humano disponível, fundamental para avaliar a sustentabilidade operacional das cozinhas (Laville, 2009).

A quantidade de refeições distribuídas foi considerada uma proxy da efetividade das cozinhas em garantir segurança alimentar, uma métrica amplamente utilizada em estudos sobre

combate à fome e iniciativas de segurança alimentar e nutricional (Rede Penssan, 2023). Além disso, foi analisada a relação entre as Cozinhas Solidárias e programas sociais, como o Bolsa Família, buscando compreender sua interdependência e os impactos das políticas públicas no fortalecimento dessas iniciativas (Soares e Sassi, 2019).

3.1 Análise de Clusters (K-Means)

Para identificar padrões de funcionamento das Cozinhas Solidárias, aplicou-se a técnica de Análise de Agrupamento (Clusters), especificamente o método K-Means (Jain, 2010). Esse método permite classificar as cozinhas em grupos homogêneos, com base em variáveis como número de trabalhadores, voluntários e refeições distribuídas.

Para a definição do número de clusters k : utiliza-se o método do cotovelo para determinar o número ideal de agrupamentos, minimizando a soma dos quadrados das distâncias intra-cluster, conforme a Equação 1:

$$WCSS = \sum_{i=1}^k \sum_{x \in c_i} \|x - \mu_i\|^2 \quad (1)$$

Atribuição dos pontos aos clusters iniciais, de modo que cada observação x_i seja atribuída ao cluster com o centróide mais próximo, minimizando a distância euclidiana, conforme a Equação 2:

$$d(x_i, \mu_j) = \sqrt{\sum_{m=1}^n (x_{im} - \mu_{jm})^2} \quad (2)$$

Reajuste dos centróides a cada iteração até a convergência, onde cada centróide μ_i é recalculado como a média dos pontos pertencentes ao cluster, conforme a Equação 3:

$$\mu = \frac{1}{c_i} \sum_{x \in c_i} x \quad (3)$$

Interpretação dos clusters, analisando características comuns entre os grupos e sua relação com a segurança alimentar e a operacionalização das Cozinhas Solidárias. O K-Means foi implementado utilizando a biblioteca Scikit-Learn em Python (Pedregosa *et al.*, 2011), garantindo reprodutibilidade e eficiência computacional. Para validar a estabilidade dos agrupamentos, realizou-se análise de silhueta, conforme a Equação 4:

$$S(i) = \frac{b(i) - a(i)}{\max(a(i), b(i))} \quad (4)$$

Onde $a(i)$ representa a média das distâncias intra-cluster e $b(i)$ a menor média das distâncias de i a qualquer outro cluster ao qual não pertence. Inicialmente, aplicou-se estatística descritiva para compreender a distribuição das variáveis estudadas. Foram calculadas médias, medianas, desvio-padrão e medidas de dispersão para caracterizar a atuação das Cozinhas Solidárias em Santana do Livramento.

4. As Cozinhas Solidárias em Santana do Livramento/RS

O município de Santana do Livramento localizado na Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul faz divisa com a cidade de Rivera, no Uruguai, possui população estimada em aproximadamente 87.296 habitantes, área de 6.946,407 km² (Ibge, 2025). A economia do município se baseia no comércio, nas atividades pecuárias (bovina e ovina) e agrícolas, em especial, nas culturas do arroz e da soja e, mais recentemente, vem ampliando a produção frutífera com destaque para a vitivinicultura (Fee, 2018). A iniciativa privada da região vem buscando alternativas para diversificar a economia e promover o desenvolvimento econômico local. Entre elas, destacam-se a olivicultura, a criação de ovelhas e gados em busca de inovação na produção de carne relacionada aos atributos característicos do território, o desenvolvimento da produção de laticínios, formando uma cadeia produtiva leiteira e a exploração do turismo local (Alves, 2018). A Figura 01, a seguir, situa geograficamente o município de Santana do Livramento no mapa do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Figura 01 – Localização do município de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brasil



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Santana do Livramento está inserido na região da Campanha Gaúcha, onde há o predomínio de grandes propriedades rurais, monocultivos, que se reflete na homogeneização e padronização dos sistemas de produção agrícolas (Monteblanco, 2013). É reconhecida regionalmente pelas grandes extensões fundiárias, ainda assim, unidades de produção familiares estão historicamente estabelecidas no município em parcela significativa (Ferron, Troian e Breitenbach, 2021). A localidade, historicamente apresenta profundo processo de estagnação econômica, inclusive sendo alvo de programas de desenvolvimento regional em esfera nacional. O baixo dinamismo da economia da Metade Sul do estado gaúcho e o processo declinante dela contribui para vulnerabilidade socioeconômica local (Cargnin, 2014).

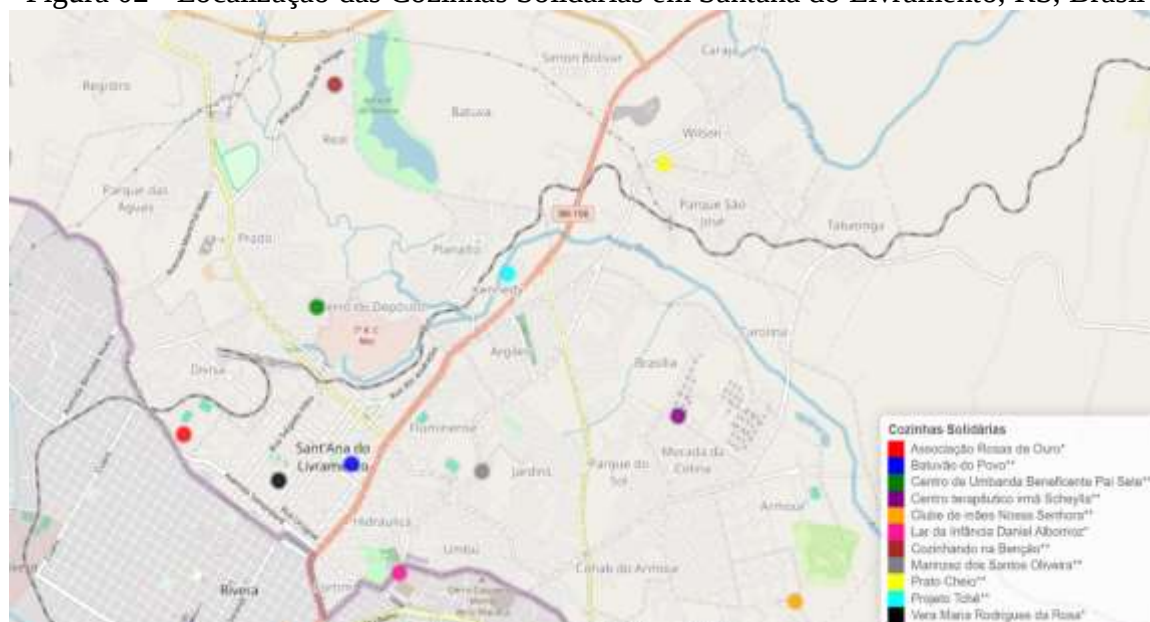
Nesse contexto de vulnerabilidade, inserem-se as Cozinhas Solidárias em Santana do Livramento, como instrumento relevante para suprir a demanda mais básica do ser humano, o direito a se alimentar. Como característica geral, elas foram constituídas pela própria

comunidade, oriundas da necessidade de intervenção na realidade local, a partir de suas carências e possibilidades. Em sua grande maioria, a lógica de funcionamento das Cozinhas Solidárias, pelas mãos de voluntários, baseia-se na filosofia de “se doar para quem precisa”, dada a vivência de situações semelhantes de privações, assim como movimentos de solidariedade, empatia e altruísmo.

As Cozinhas Solidárias do município valorizam e promovem o direito humano à alimentação e se preocupam com o fornecimento de comida de verdade para os necessitados. No município, as Cozinhas Solidárias são iniciativas da sociedade civil, organizadas por entidades, grupos ou coletivos, que se dedicam à produção de refeições para doação, sem fins lucrativos. Elas atuam de forma independente, sem apoio do poder público, com o objetivo de combater a insegurança alimentar, atendendo pessoas em situação de vulnerabilidade social. Na prática, as Cozinhas Solidárias desempenham papel fundamental como parte da estratégia local de combate à fome, mantendo-se em funcionamento principalmente através de doações de pessoas físicas e empresas.

Em Santana do Livramento, há 20 Cozinhas Solidárias registradas junto ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEA), atuando através de diversas entidades da sociedade civil que desempenham trabalhos voluntários na produção e oferta de refeições. Desse total, 11 estão cadastradas no Programa Cozinha Solidária do Governo Federal, ou seja, ainda há parcela significativa das cozinhas que estão à margem dessa política pública. A principal razão para isso é a falta de informações e treinamentos. O COMSEA, enquanto órgão consultivo, que articula o governo municipal e a sociedade civil, diretrizes para políticas e ações na área da segurança alimentar nutricional, tem se dedicado a cadastrar as Cozinhas Solidárias e espera que, em breve, todas estejam regularizadas para receber recursos e alimentos dos programas federais, estaduais e municipais. A Figura 02 apresenta a localização das Cozinhas Solidárias cadastradas no Programa Cozinha Solidária em Santana do Livramento/RS.

Figura 02 - Localização das Cozinhas Solidárias em Santana do Livramento, RS, Brasil



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados.

A partir da Figura 02 foi possível realizar o mapeamento do funcionamento das 11 Cozinhas Solidárias em Santana do Livramento, cadastradas no Programa Cozinha Solidária do Governo Federal. Elas estão distribuídas por nove bairros do município, são elas: as cozinhas Marinho dos Santos Oliveira e Vera Maria Rodrigues da Rosa (bairro Centro); Associação

Rosas de Ouro (bairro Divisa); Lar da infância Daniel Albornoz (bairro Hidráulica); Projeto Tchê (bairro Kennedy); Centro terapêutico irmã Scheylla (bairro Morada da Colina); Prato Cheio (bairro Parque São José); Clube de mães Nossa Senhora (bairro São Paulo); Centro de Umbanda Beneficente Pai Sete (bairro Umbu); Batuvão do Povo e Cozinhando na Benção (bairro Vila Real). As cozinhas Cozinhando na Benção, Marinzez dos Santos Oliveira e Prato Cheio não apresentaram dados suficientes para análise, especialmente quanto à variável “refeições”, o que inviabilizou sua inclusão na análise quantitativa.

O agrupamento geográfico permite identificar áreas do município onde há maior concentração das Cozinhas Solidárias. Não por acaso elas se situam em localidades com elevada vulnerabilidade social. Nos bairros Centro – pela visibilidade e por ser uma região geograficamente estratégica – e na Vila Real, com duas cozinhas em pleno funcionamento, indicando que nessas áreas há a necessidade de assistência alimentar, bem como uma forte rede de apoio comunitário, representando uma importante ação em prol da alimentação das pessoas mais carentes.

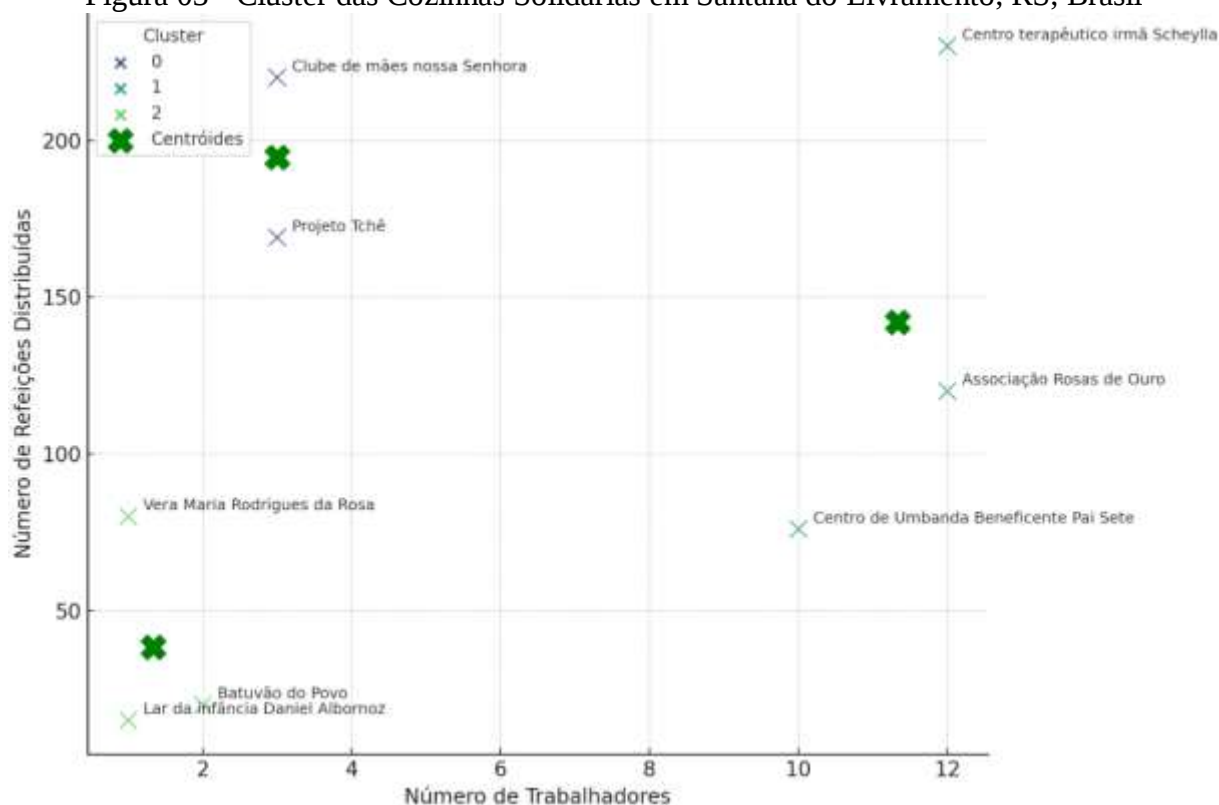
As principais características das Cozinhas Solidárias são o tempo de atuação que varia entre cinco anos e 20 anos, demonstrando a consolidação e a expansão das iniciativas. As ações ocorrem de maneira regular em algumas regiões da cidade. Elas funcionam em dias da semana de forma diversificada, dado que há cozinhas que oferecem refeições diárias, em todos os dias do mês (café da manhã, almoço e jantar), outras têm dias específicos e a modalidade de oferta depende do volume das doações e da disponibilidade dos voluntários. O público-alvo atendido em cada cozinha varia, sendo atendidos famílias, imigrantes, povos tradicionais e pessoas em situação de rua.

De acordo com Caiafa (2022) as Cozinhas Solidárias, além de promoverem o trabalho associativo de grupos mobilizados, garantindo um mínimo de alimentação para os menos privilegiados, criam condições favoráveis à participação organizada das comunidades. Ou seja, atuar de forma integrada para gerar algum impacto local, seguindo a perspectiva da Economia Solidária, com os princípios que incluem a cooperação, a solidariedade, a valorização da comunidade, a reciprocidade, a organização democrática, participativa e auto gerenciada.

Dessa forma, o mapeamento da localização das Cozinhas Solidárias em Santana do Livramento significa o fortalecimento dessa rede de apoio comunitário, proporcionando maior visibilidade às iniciativas, contribuindo para facilitar o acesso da população aos serviços e o apoio de voluntários e doadores. O mapeamento também tem o potencial contribuir para a articulação entre as Cozinhas Solidárias, com a promoção de trocas de experiências, a colaboração e a otimização dos recursos. Essa articulação pode auxiliar na capacidade das cozinhas de atender às necessidades da população.

A análise de agrupamento permitiu identificar padrões operacionais distintos entre as Cozinhas Solidárias em Santana do Livramento, oferecendo uma visão mais estruturada sobre suas capacidades e desafios. A segmentação em três clusters, conforme a Figura 03, revela diferenças significativas na capacidade produtiva e na estrutura organizacional dessas iniciativas. Posteriormente, desenvolveu-se a interpretação dos resultados obtidos.

Figura 03 - Cluster das Cozinhas Solidárias em Santana do Livramento, RS, Brasil



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados.

a) Cluster 0 – Maior Capacidade Operacional: Eficiência e Estruturação Organizacional

As duas cozinhas classificadas neste grupo apresentam um alto nível de capacidade operacional, caracterizado por um número elevado de trabalhadores e uma maior distribuição de refeições. Esse perfil sugere que essas iniciativas possuem maior infraestrutura e, possivelmente, acesso a recursos mais estáveis, seja por meio de financiamento público, apoio comunitário contínuo ou parcerias institucionais.

A literatura sobre economia solidária e segurança alimentar reforça a importância de infraestruturas robustas e capital humano qualificado para garantir a sustentabilidade dessas iniciativas (Laville, 2009). Segundo Ostrom (1990), organizações comunitárias bem estruturadas tendem a apresentar maior eficiência na alocação de recursos e melhor capacidade de planejamento. Além disso, conforme Soares e Sassi (2019), Cozinhas Solidárias com maior capacidade operacional podem desempenhar um papel fundamental na mitigação da insegurança alimentar ao oferecerem um volume maior de refeições de forma contínua.

O Centro Terapêutico Irmã Scheylla, pertencente a esse cluster, exemplifica essa categoria ao contar com 12 trabalhadores e distribuir 230 refeições diárias. Esses números indicam não apenas a capacidade de atendimento em larga escala, mas também um possível grau mais elevado de formalização e suporte financeiro.

b) Cluster 1 – Média Capacidade e Sustentação Comunitária: Resiliência e Voluntarismo

As três Cozinhas Solidárias classificadas neste cluster operam com um número moderado de trabalhadores e ainda conseguem distribuir uma quantidade significativa de refeições. Essa característica sugere que essas cozinhas dependem fortemente de voluntários, tendo menos acesso a financiamento institucional ou infraestrutura mais avançada.

De acordo com Laville (2009), iniciativas dessa natureza frequentemente se enquadram dentro do modelo de economia solidária, onde a cooperação e o trabalho voluntário são

elementos centrais para sua manutenção. Braga e Lima (2024) discutem que esse tipo de estrutura, embora seja menos formalizada do que a observada no Cluster 0, pode ser resiliente e adaptável às mudanças socioeconômicas e emergências locais.

O Centro de Umbanda Beneficente Pai Sete, pertencente a esse grupo, exemplifica essa dinâmica, contando com dez trabalhadores e servindo aproximadamente 76 refeições diariamente. O número reduzido de trabalhadores sugere que a operação dessas cozinhas pode estar vinculada a redes comunitárias mais informais, onde a participação da sociedade civil e a doação de insumos desempenham um papel crucial.

c) Cluster 2 – Baixa Capacidade e Pequeno Impacto Operacional: Vulnerabilidade e Dependência de Recursos

As três cozinhas pertencentes a esse grupo apresentam baixa capacidade operacional, refletida no pequeno número de trabalhadores e na reduzida quantidade de refeições distribuídas. Esse perfil indica uma maior vulnerabilidade estrutural e possivelmente uma grande dependência de doações intermitentes.

Segundo estudos sobre segurança alimentar (Rede Penssan, 2023), organizações desse tipo enfrentam desafios significativos na sua manutenção, devido à falta de acesso a políticas públicas de fomento e ao baixo nível de formalização. Conforme Paturel (2021), iniciativas de combate à fome que operam com recursos escassos frequentemente têm dificuldades em se integrar a redes institucionais de apoio, o que compromete sua capacidade de fornecer assistência alimentar de forma contínua.

O Batuvão do Povo, pertencente a esse cluster, representa um exemplo claro dessas dificuldades, contando com apenas dois trabalhadores e distribuindo 20 refeições diariamente. O número sugere um grau elevado de instabilidade operacional, sendo um indicativo de que essas cozinhas podem ter dificuldades em expandir suas atividades sem apoio externo adicional.

A classificação das Cozinhas Solidárias em três clusters distintos fornece um arcabouço analítico para compreender os desafios enfrentados por essas iniciativas e para orientar futuras políticas públicas e ações comunitárias. A partir dos resultados obtidos, algumas reflexões podem ser feitas:

1. Cozinhas do Cluster 0 podem servir de modelo para expansão e replicação de boas práticas, já que apresentam maior capacidade produtiva e estrutura organizacional consolidada. Estudos de caso detalhados poderiam identificar os fatores que contribuem para seu sucesso e avaliar como esses podem ser adaptados a outras cozinhas de menor capacidade.
2. As cozinhas do Cluster 1 demonstram a importância do voluntariado na sustentação dessas iniciativas. Políticas públicas voltadas ao fomento da economia solidária poderiam beneficiar esse grupo, auxiliando na obtenção de insumos e apoio financeiro.
3. As cozinhas do Cluster 2 precisam de maior suporte institucional e políticas de incentivo, pois apresentam um alto grau de vulnerabilidade e dificuldades na manutenção de suas atividades. Estratégias como subsídios governamentais, programas de capacitação e maior integração com redes de apoio alimentar podem contribuir para sua sustentabilidade.

Assim, a segmentação por clusters não apenas facilita a identificação de padrões operacionais distintos, mas também fornece insumos relevantes para formulação de políticas públicas e estratégias de fortalecimento da segurança alimentar no município de Santana do Livramento.

A concentração de Cozinhas Solidárias em áreas de alta vulnerabilidade expõe uma realidade alarmante, na qual a fome, a insegurança alimentar e a fragilidade social estão intrinsecamente correlacionadas. Essa distribuição desigual revela a falha do Estado em garantir

o direito básico à alimentação para todos, forçando comunidades já marginalizadas a criarem suas próprias redes de sobrevivência. A dependência dessas iniciativas em regiões carentes destaca a urgência de políticas públicas eficazes, que não apenas combatam a fome, mas também promovam a segurança alimentar e o desenvolvimento socioeconômico sustentado, rompendo o ciclo vicioso da pobreza e da exclusão social.

A persistente falta de registro da maioria das Cozinhas Solidárias, além do acompanhamento do COMSEA, expõe uma grave lacuna na efetividade das políticas públicas de segurança alimentar. A ausência de regularização, motivada pela carência de condições e informações, impede que essas iniciativas acessem recursos e programas governamentais, comprometendo sua capacidade de atender às comunidades vulneráveis. Essa negligência revela o descaso com o potencial dessas redes de solidariedade, que são parceiras estratégicas no combate à fome e à miséria.

As Cozinhas Solidárias em Santana do Livramento configuram-se como uma rede de apoio local, baseada na solidariedade de quem menos tem e mais se doa, mantendo ações no município há mais de uma década, ignorada pelo poder público municipal e desvalorizada pelas esferas estadual e federal. Todavia, somente após a crise sanitária da pandemia da Covid-19, em 2020, e a catástrofe ambiental ocorrida no Rio Grande do Sul, em 2024, que a academia reconheceu essas iniciativas, de produção e distribuição de comida, como “Cozinhas Solidárias”, e o governo brasileiro começou a buscar formas de viabilizá-las através de políticas públicas. Como por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é um programa do governo federal que adquire alimentos da agricultura familiar para doar a organizações de redes socioassistenciais, públicas e filantrópicas, entre outras, que atendam pessoas em situação de vulnerabilidade social, com restrições no acesso à comida de forma regular e adequada, ou seja, em situação de insegurança alimentar.

Nesse sentido, o PAA oferece uma oportunidade crucial para combater a fome e a miséria nas cidades, ao mesmo tempo em que fortalece a agricultura familiar local. A agricultura familiar produz alimentos diversificados e nutritivos, no entanto enfrenta dificuldades de acesso aos mercados devido ao preconceito contra a pequena produção e à priorização de políticas públicas voltadas para *commodities* agrícolas, em especial o cultivo da soja (Troian, Aguirre e Vasconcelos, 2023). Assim, de forma articulada, almeja-se que após o tardio reconhecimento tanto acadêmico quanto social, que as ações sejam realizadas para aprimorar a atuação das Cozinhas Solidárias de modo a eliminar barreiras ao seu funcionamento.

5. Considerações finais

O presente estudo objetivou mapear as Cozinhas Solidárias em Santana do Livramento/RS e de forma secundária discutir sobre o papel delas na promoção de segurança alimentar no município. As Cozinhas Solidárias como objeto de estudo é relativamente novo nas áreas Ciências Sociais e Humanas, exemplifica o cenário a escassez de pesquisas sobre o tema e a atualidade das publicações. Porquanto, as Cozinhas Solidárias representam um exemplo eloquente de tecnologia social, transcendendo a mera distribuição de alimentos para se configurarem como centros de resistência e transformação social. Nascidas da necessidade e impulsionadas pela solidariedade, essas iniciativas tecem redes de apoio mútuo, resgatando a dignidade e fortalecendo os laços comunitários em meio à adversidade.

As Cozinhas Solidárias emergem como um farol de resistência em meio à fome e à insegurança alimentar, revelando a severa desigualdade social que assola o país. Mais do que meros pontos de produção e distribuição de alimentos, essas iniciativas representam a

materialização da solidariedade em ação, onde a comunidade se une para suprir a ausência do Estado. Sua importância transcende a simples mitigação da fome imediata, elas resgatam a dignidade humana, fortalecem os laços sociais e demonstram a capacidade de autogestão em face da adversidade. O reconhecimento e o apoio a essas redes de solidariedade não são apenas uma questão de assistência emergencial, mas um imperativo ético e político para construir um futuro onde a fome e a insegurança alimentar sejam relegadas ao passado.

Apesar da sua importância, as Cozinhas Solidárias enfrentam desafios significativos, como a falta de recursos, a necessidade de regularização e a dificuldade de acesso a programas governamentais. É fundamental que o poder público reconheça e apoie essas iniciativas, garantindo-lhes condições adequadas para continuar o seu trabalho essencial. Em Santana do Livramento, a concentração das Cozinhas Solidárias em áreas de vulnerabilidade, associado à falta de registro por parte de muitas delas, ressalta a necessidade urgente de políticas públicas eficazes e que garantam o direito à alimentação para todos. A falta de informação e de capacitação também se demonstra como um ponto crucial a ser combatido.

A principal limitação do estudo se refere à restrita disponibilidade de dados. O número reduzido de Cozinhas Solidárias na amostra pode influenciar a robustez dos modelos estatísticos. Além disso, por se tratar de dados secundários, não foi possível coletar informações qualitativas diretamente das cozinhas analisadas. Futuras pesquisas podem explorar o impacto das Cozinhas Solidárias na saúde e no bem-estar das comunidades atendidas, bem como analisar as estratégias de sustentabilidade dessas iniciativas a longo prazo. É importante também investigar o potencial do Programa de Aquisição de Alimentos como ferramenta de apoio às Cozinhas Solidárias e à agricultura familiar. Nesse sentido, ressalta-se que pesquisas com essas características estão em fase de elaboração pelo grupo de pesquisadores do Círculo de Estudos e Desenvolvimento da Unipampa.

Referências

AHMAD, B. M. K. S. **Desigualdade de renda**: uma análise dos indicadores no município de Santana do Livramento/RS. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas), Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, RS, 2023.

ALVES, A. da M. **Desenvolvimento socioeconômico de Santana do Livramento**: uma análise de indicadores. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, SP, v. 12, p. 12-20, 2003.

BELIK, W. A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 19, n. 2, p. 94-110, 2012.

BELLO, E.; OLIVEIRA, F. A. de; MASCARELLO, R. P. Cozinhas Solidárias e Direito à Cidade: dos movimentos sociais à política pública, uma análise a partir da Cozinha da Lapa, Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico**, Belo Horizonte, MG, v. 9, n. 17, p. 83-108, jul./dez. 2023.

BRAGA, C. L.; LIMA, C. C. Democracia alimentar para populações em vulnerabilidade social: o caso de cozinhas solidárias em Manaus, Amazonas. **Confins**, São Paulo, SP, n. 63, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4000/11wvo>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023**. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14628.htm. Acesso em: 28 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.937, de 5 de março de 2024**. Regulamenta o Programa Cozinha Solidária. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d11937.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa Cozinha Solidária**, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cozinha-solidaria>. Acesso em: 15 mar. 2025.

CAIAFA, T. B. Cozinha Solidária: Uma nova perspectiva sobre a alimentação. **ANALECTA-Centro Universitário Academia**, Juiz de Fora, MG, v. 7, n. 2, 2022.

CARGNIN, A. P. Desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande Do Sul. **REDES**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 19, n. 2, p. 53–76, 2014.

CARON, D.; RODRIGUES, A. C.; ISOPPO, R. S. Cozinhas solidárias e o inadiável na cidade. **Jornal da universidade**, UFRGS, Porto Alegre, 2024.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Penso, 2021.

COCHRAN, W. G. **Sampling techniques**. 3rd ed. New York: John Wiley & Sons, 1977.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Resumo estatístico**, 2018. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Santana+do+Livramento>. Acesso em: 22 mar. 2025.

FERRON, J. da L.; TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Agricultura Familiar e Reprodução Social: Estratégias dos Assentados de Santana do Livramento/RS. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 19, n. 57, 2021.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GREENE, W. H. **Econometric analysis**. 7th ed. Boston: Pearson, 2012.

FORMENTIN, C. N. Tragédia gaúcha e a ciência que resiste. **Revista Vincci - Periódico Científico do UNISATC**, Criciúma, SC, v. 9, n. 1, p. 1-2, 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E. **Multivariate data analysis**. 7. ed. Upper Saddle River: Pearson, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/santana-do-livramento.html>. Acesso em 15 jan. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama – População**, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santana-do-livramento/panorama>. Acesso em: 21 mar. 2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Agenda 2030**: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 2: fome zero e agricultura sustentável. Brasília: IPEA, 2024. 23 p. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS2>

JAIN, A. K. Data clustering: 50 years beyond K-means. **Pattern Recognition Letters**, v. 31, n. 8, p. 651–666, 2010.

JESUS, J. G. de; HOFFMANN, R.; MIRANDA, S. H. G. de. Insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, 62, n. 4, p. e281936, 2024.

LAVILLE, J.-L. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 84, p. 7-47, 2009.

LUCAS, L. T. **Caracterização do funcionamento das Cozinhas Comunitárias e Solidárias que atuam na região de Florianópolis/SC**. 2024. Residência Multiprofissional em Saúde da Família. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2024.

MADRUGA, S. W.; MACHADO, B. O. B.; OLIVEIRA, A. R. de. Quem são os usuários da Cozinha Solidária? Estudo sobre desigualdades na garantia da segurança alimentar e

nutricional a partir da experiência da comunidade do Sol Nascente-Distrito Federal, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, SP, v. 37, p. e230112, 2024.

MALUF, R.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, SP, v. 4, p. 66-88, 1996.

MARTINS, I. G. **Direito à alimentação em pretuguês**: a práxis das coordenadoras do MTST nas cozinhas solidárias do Distrito Federal 2023. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania), Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

MENEZES, G.; FEIJO, F. T. O contraste econômico entre as Metades Sul e Norte do Rio Grande do Sul: uma aplicação do modelo da base econômica. In: **Anais [...]** IV Encontro de Economia Gaúcha, 2008, Porto Alegre, RS, p. 21, 2008.

MONTEBLANCO, F. L. **O Espaço rural em questão**: formação e dinâmica da grande propriedade e dos assentamentos da reforma agrária em Santana do Livramento/RS. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PATUREL, D. “Le droit à l’alimentation durable en démocratie”. **Vie Sociale**, v. 4, n. 36, 2021.

PATUREL, D. Segurança alimentar e as dificuldades operacionais das cozinhas comunitárias. **Journal of Food Security and Social Inclusion**, v. 10, n. 2, p. 112-129, 2021.

PEDREGOSA, F. et al. **Scikit-learn: Machine Learning in Python**. Journal of Machine Learning Research, v. 12, p. 2825-2830, 2011.

PICCIRILLO, M. B.; ALARCÓN, P. de J. L. Programa Cozinha Solidária: Mecanismo de Construção da Segurança Alimentar. In: **Anais [...]** Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. De 20 a 23 de maio de 2024, p. e3816-e3816, Londrina, PR, 2024.

REDE PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Insegurança alimentar e desigualdades de raça/cor da pele e gênero** [livro eletrônico]: II VIGISAN: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil: Suplemento II – 1. ed. – São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2023. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 6 jan. 2025.

RIZZOLO, A.; MADRUGA, S. W. **Cozinhas Solidárias, Fome e Comida**: intersecções do comer em sociedade. Le Monde Diplomatique Brasil, 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/intersecoes-do-comer-em-sociedade/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SINGER, P. Economia solidária. **Estudos avançados**, São Paulo, SP, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

SOARES, P. R. R.; SASSI, L. O. A RIDE Metade Sul do Rio Grande do Sul e as escalas do planejamento regional. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 34, p. 124-134, 2019.

SOLEDADE, J. A. B. et al. A constituição de uma cozinha solidária, o aproveitamento de perdas pós-colheita e a segurança de alimentos: avanços e desafios no enfrentamento da vulnerabilidade social. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 1185-1202, 2017.

SORDI, D. de. Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): solidariedade e reconstrução da esfera pública (2021-2022). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, SC, v. 15, p. 4-12, 2023.

SOUZA, A, P, R. de. **Análise das políticas públicas para o enfrentamento à insegurança alimentar**: um estudo de caso no município de Santana do Livramento. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão Pública), Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, RS, 2023.

TROIAN, A.; AGUIRRE, M. L. C.; OLIVEIRA, S. V. de. Da “Campanha” para a Cidade: as feiras da agricultura familiar em Santana do Livramento (RS). **Redes**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 28, n. 1, 2023.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric**: analysis of cross section and panel data. Cambridge: MIT Press, 2010.

ZANGIROLANI, L. T. O. et al. Um modelo estrutural em rede para promover a Segurança Alimentar e Nutricional em territórios vulnerabilizados: articulando saberes e potencialidades em torno de Cozinhas Solidárias. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 31, n. 00, p. e024028, 2025. DOI: 10.20396/san.v31i00.8677249